

**Concessão dos Bares na Praceta dos  
Baleeiros**

**Festividades Cais Agosto 2016**

**CADERNO DE ENCARGOS**

## **A) CLÁUSULAS JURÍDICAS**

### **Capítulo I**

#### **Cláusulas Jurídicas**

##### **Cláusula 1.<sup>a</sup>**

##### **Entidade adjudicante**

A Entidade Adjudicante é a Associação Cultural de São Roque do Pico (ACSRP), pessoa coletiva com o número 512 057 117, com sede na Alameda 10 de Novembro de 1542, 9940-353, São Roque do Pico.

##### **Cláusula 2.<sup>a</sup>**

##### **Objeto e regime aplicável à concessão**

**1.** O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a vigorar na Concessão de 4 (quatro) Bares na Praceta dos Baleeiros nas Festividades Cais Agosto – 2016.

**2.** Esta contratação norteia-se pelo disposto no seguinte regime contratual imperativo:

- a)** Prazo: período das festividades – **27 a 31 de julho 2016;**
- b)** O adjudicatário obriga-se ao cumprimento de toda a legislação aplicável;
- c)** O adjudicatário obriga-se ao pagamento da contrapartida pecuniária que resultar da adjudicação.

##### **Cláusula 3.<sup>a</sup>**

##### **Contrato e caução**

**1.** O contrato não será reduzido a escrito e não é exigível a prestação de caução.

**2.** As condições contratuais resultam da conjugação do disposto no caderno de encargos, na proposta do concorrente e, bem assim, todos os outros documentos que sejam referidos neste caderno de encargos.

## INSTITUIÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA

(JORNAL OFICIAL – II SÉRIE - NÚMERO 48, DE 11/03/2009, DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES)

3. Integram ainda as condições contratuais os seguintes elementos:

- a) Os esclarecimentos e as retificações relativos aos elementos do procedimento, nomeadamente ao Caderno de Encargos;
- b) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

4. Em caso de dúvida sobre a interpretação das regras aplicáveis à execução da concessão, o esclarecimento será prestado pelo órgão da Entidade Adjudicante com poderes para a decisão de contratar.

### **Cláusula 4.<sup>a</sup>**

#### **Prazo da concessão**

O prazo da concessão é reportado às festividades Cais Agosto 2016, de acordo com o estabelecido na alínea a), do n.º 2 da cláusula 2.<sup>a</sup>.

### **Capítulo II**

#### **Obrigações contratuais**

### **Cláusula 5.<sup>a</sup>**

#### **Obrigações do adjudicatário**

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, do presente Caderno de Encargos decorre para os adjudicatários as seguintes obrigações:

- ⤴ O pagamento do valor adjudicado, mais IVA, pela concessão de 27 a 31 de julho de 2016, **é efetuada, no máximo, até uma semana antes ao ato de entrega da infraestrutura, ou seja, até ao dia 15 de julho;**
- ⤴ **Nos bares é obrigatória a venda das bebidas resultantes do concurso de patrocínio elaborado para as festividades Cais Agosto;**
- ⤴ **O preço relativo às bebidas resultantes do concurso de patrocínio anteriormente mencionado obedece ao critério estabelecido pela organização da festa;**
- ⤴ **Depois da hora autorizada é proibida a venda de qualquer bebida;**

## **INSTITUIÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA**

(JORNAL OFICIAL – II SÉRIE - NÚMERO 48, DE 11/03/2009, DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES)

- ✧ **Comprometem-se a manter condignamente o espaço ao nível da higiene e salubridade;**
- ✧ **De acordo com a legislação em vigor é proibida a venda a menores, sendo que a organização não se responsabiliza se tal se verificar.**

### **Cláusula 6.<sup>a</sup>**

#### **Obrigações da ACSRP**

A ACSRP obriga-se, perante os adjudicatários, a disponibilizar apoio logístico, nomeadamente:

- ✧ **Suportar os custos de aluguer e instalação da estrutura coberta;**
- ✧ **Suportar os custos de contratação duma empresa de segurança para o espaço da Zona Eletrónica na Praceta dos Baleeiros;**
- ✧ **Assegurar o fornecimento de água e energia elétrica;**
- ✧ **Responsabiliza-se pelo licenciamento do evento, nomeadamente Licença Ruído e de Horário de Funcionamento até às 07:00 horas.**

### **Cláusula 7.<sup>a</sup>**

#### **Dever de sigilo**

- 1.** O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Entidade Adjudicante de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação à execução do contrato.
- 2.** A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3.** Exclui-se do dever de sigilo previsto nos números anteriores, a informação e a documentação que sejam, comprovadamente, do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

## **INSTITUIÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA**

(JORNAL OFICIAL – II SÉRIE - NÚMERO 48, DE 11/03/2009, DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES)

### **Cláusula 8.<sup>a</sup>**

#### **Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de quatro (4) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, das cláusulas contratuais, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

### **Capítulo III**

#### **Do processo**

### **Cláusula 9.<sup>a</sup>**

#### **Forma, prazo, documentos, preços e entrega das propostas**

- 1.** Podem apresentar propostas instituições, proprietários de estabelecimentos comerciais de restauração e bebidas (bares) e empresários em nome individual desde que inscritos em atividade compatível no serviço de finanças (CAE).
- 2.** As propostas devem ser acompanhadas dos seguintes documentos:
  - a)** Requerimento de espaço devidamente preenchido e assinado pelo responsável, onde conste, também, escrito a morada, o número de telemóvel ou telefone e ou correio eletrónico;
  - b)** Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos (Anexo I), assinada pela pessoa ou pelas pessoas com poderes para obrigar o concorrente;
  - c)** Fotocópia do documento de identificação (CC ou BI e NIF), devidamente atualizado, de cada responsável;
  - d)** Documento comprovativo de declaração de utilidade pública quando seja o caso.
- 3.** As propostas e os documentos que as instruem serão apresentados em suporte de papel, dentro de invólucro opaco e fechado, no rosto do qual deve ser escrita a palavra «Proposta», indicando-se o nome ou a denominação social do concorrente e a designação do contrato a celebrar.

## **INSTITUIÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA**

(JORNAL OFICIAL – II SÉRIE - NÚMERO 48, DE 11/03/2009, DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES)

- 4.** As propostas serão entregues na sede da ACSRP até ao dia **17 de junho de 2016**, pelos concorrentes ou seus representantes, contra recibo, ou remetidas pelo correio, sob registo e com aviso de receção.
- 5.** Se o envio da proposta for feito pelo correio, o concorrente será o único responsável pelos atrasos que porventura se verificarem, não podendo apresentar qualquer reclamação na hipótese de a entrada dos documentos se verificar já depois de esgotado o prazo de entrega das propostas.
- 6.** O valor da proposta pela concessão de exploração do espaço constante da proposta é indicado em algarismos e por extenso.
- 7.** O valor da proposta indicado por extenso, em caso de divergência, prevalece, para todos os efeitos, sobre o indicado em algarismos.
- 8.** Sempre que na proposta sejam indicados vários valores, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalece sempre, para todos os efeitos, o mais elevado.
- 9.** Cada concorrente pode concorrer a todos os espaços, indicando a sua ordem de preferência na adjudicação, podendo apenas ser concessionário de um único espaço. Em caso de algum bar ficar deserto poderá, desde que expresse na sua proposta ser esta a sua vontade, também ser adjudicatário desse mesmo espaço.

### **Cláusula 10.<sup>a</sup>**

#### **Análise das propostas e critério de adjudicação**

- 1.** Findo o prazo de apresentação das propostas estas serão abertas em ato público, no qual se poderá proceder à exclusão destas pelos motivos enunciados no número seguinte.
- 2.** São excluídas as propostas cuja análise revele:
  - a)** Que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;
  - b)** A existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência.

## INSTITUIÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA

(JORNAL OFICIAL – II SÉRIE - NÚMERO 48, DE 11/03/2009, DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES)

c) A apresentação de valor base inferior ao estipulado;

d) A apresentação fora de prazo.

**3.** A entidade adjudicante pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.

**4.** Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão.

**5. A adjudicação é feita para cada espaço per si (que consta na planta em anexo), segundo o critério da proposta de mais alto valor, sendo o valor mínimo, para cada espaço, de € 900,00 (novecentos euros), acrescido de iva à taxa legal em vigor.**

**6.** Na adjudicação será dada preferência, mesmo que o valor proposto não corresponda ao de maior valor, mas sempre respeitando os mínimos referenciados no número anterior, aos concorrentes com a seguinte ordem de prioridade:

**1.º** - Instituições de Utilidade Pública com sede em São Roque do Pico;

**2.º** - Outras instituições e proprietários (pessoa coletiva ou em nome individual) de estabelecimentos comerciais de restauração e bebidas (bares) em funcionamento na área geográfica do Município de São Roque do Pico e com sede/domicílio fiscal no mesmo município (requisitos cumulativos);

**3.º** - Outras instituições e proprietários (pessoa coletiva ou em nome individual) de estabelecimentos comerciais de restauração e bebidas (bares) em funcionamento (porta aberta) no Município de São Roque do Pico;

**4.º** - Empresários em nome individual com sede /domicílio fiscal no Município de São Roque do Pico;

## INSTITUIÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA

(JORNAL OFICIAL – II SÉRIE - NÚMERO 48, DE 11/03/2009, DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES)

- 5.º** - Instituições, proprietários de estabelecimentos comerciais de restauração e bebidas (bares)) e empresários em nome individual com sede /domicílio fiscal na ilha;
- 6.º** - Instituições, proprietários de estabelecimentos comerciais de restauração e bebidas (bares)) e empresários a nome individual com sede /domicilio fiscal na região /continente.
- 7.** Em caso de empate das propostas será realizada licitação entre os proponentes, em sede de ato público de abertura de propostas.
- 8.** A licitação inicia-se a partir do valor oferecido pelas propostas empatadas, sendo o valor mínimo de cada lanço de 50,00 € (cinquenta euros).
- 9.** Considera-se que a licitação está terminada quando o presidente da comissão tiver anunciado por três vezes o lanço mais elevado e este não for coberto.
- 10.** A decisão de adjudicação é notificada, em ato público, a todos os concorrentes.
- 11.** O adjudicatário deve apresentar, no prazo de 2 dias úteis, os seguintes documentos de habilitação:
- a)** Documento comprovativo de que tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal;
  - b)** Documento comprovativo de que tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;
  - c)** Comprovativo de inscrição, nas Finanças, em atividade compatível (CAE).
- 12.** A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação.
- 13.** O valor da adjudicação deve ser liquidado, **impreterivelmente**, nos seguintes termos:
- i) 50% do seu valor até ao dia 1 de julho de 2016, às 16h30;**
  - ii) 50% do seu valor até às 16h30, do dia 15 de julho de 2016.**
- 14.** Os concorrentes que não procederem ao pagamento da primeira tranche são excluídos do concurso.



## **INSTITUIÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA**

(JORNAL OFICIAL – II SÉRIE - NÚMERO 48, DE 11/03/2009, DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES)

**15.** Os concorrentes que não procederem ao pagamento da segunda tranche perdem o valor já liquidado.

### **Cláusula 11.<sup>a</sup>**

#### **Ato público de abertura de propostas**

O ato público de abertura de propostas realizar-se-á no dia **20 de junho de 2016, pelas 14:30 horas.**

### **Cláusula 12.<sup>a</sup>**

#### **Participação no ato público**

Podem intervir no ato público todos os concorrentes que hajam apresentado proposta ou seus representantes devidamente credenciados, mas, em caso de licitação, só poderão participar os proponentes com propostas de idêntico valor para o mesmo espaço.

## **Capítulo IV**

### **Resolução do contrato e de litígios**

### **Cláusula 13.<sup>a</sup>**

#### **Resolução por parte do contraente público**

##### **Incumprimentos**

- 1.** Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Entidade Adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem no âmbito do presente caderno de encargos.
- 2.** O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante expulsão imediata do adjudicatário do recinto, não obstante a possibilidade de lhe serem aplicadas sanções acessórias, nomeadamente impedimento de participação em edições futuras das festas concelhias.

**INSTITUIÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA**  
(JORNAL OFICIAL – II SÉRIE - NÚMERO 48, DE 11/03/2009, DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES)

**Capítulo V**

**Disposições finais**

**Cláusula 14.<sup>a</sup>**

**Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

**Cláusula 15<sup>a</sup>**

**Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

**Cláusula 16.<sup>a</sup>**

**Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal do foro da entidade adjudicante.

**Cláusula 17.<sup>a</sup>**

**Legislação aplicável**

Em todo o omissis no presente Caderno de Encargos, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, no Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, e na restante legislação especialmente aplicável.

## **B) ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

- A)** Área coberta total para implantar os 4 (quatro) bares na Praceta dos Baleeiros é de 80 m<sup>2</sup>;
- B)** O Município vai atribuir no recinto da Praceta dos Baleeiros **4 (quatro)** espaços para bares, conforme planta anexa e nas dimensões seguintes:
- 1 – 20 m<sup>2</sup>;
  - 2 – 20 m<sup>2</sup>;
  - 3 – 20 m<sup>2</sup>;
  - 4 – 20 m<sup>2</sup>;

## **ANEXO I**

### **Modelo de declaração**

[a que se refere a alínea *b*) do n.º 2 da cláusula 9.º]

**1** — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à concessão dos bares da tenda eletrónica do Cais Agosto 2016, declara, sob compromisso de honra, que se obriga a executar a referida concessão em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

**2** — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

**3** — Mais declara, sob compromisso de honra, que:

**a)** Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal;

**b)** Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal.

**4** — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar em edições futuras das festas concelhias, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ....

## **ANEXO II**

### **Modelo de Proposta**

Ex.<sup>ma</sup> Sr.<sup>a</sup>  
Presidente da Direção da Associação  
Cultural de São Roque do Pico  
Alameda 10 de Novembro de 1542  
9940-353 São Roque do Pico

**Assunto:** Requerimento/Proposta para Concessão de Bar – Tenda Eletrónica

\_\_\_\_\_, portador/a do Cartão de Cidadão n.º  
\_\_\_\_\_, com validade até \_\_\_\_\_, contribuinte fiscal n.º  
\_\_\_\_\_, residente (rua) \_\_\_\_\_, freguesia  
\_\_\_\_\_ e concelho \_\_\_\_\_, telefone n.º  
\_\_\_\_\_ vem, por este meio, apresentar a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup>, a proposta para a  
concessão do bar, na Praceta dos Baleeiros, durante o festival Cais Agosto 2016, com a  
seguinte ordem de preferência:

1.<sup>a</sup> - \_\_\_\_\_;

2.<sup>a</sup> - \_\_\_\_\_;

3.<sup>a</sup> - \_\_\_\_\_;

4.<sup>a</sup> - \_\_\_\_\_;

☐ Declaro ser minha vontade, caso algum bar se considere deserto após primeira  
adjudicação, manter a minha proposta sobre o mesmo, fazendo uso do disposto no

**INSTITUIÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA**

(JORNAL OFICIAL – II SÉRIE - NÚMERO 48, DE 11/03/2009, DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES)

número 9 do artigo/cláusula 9.<sup>a</sup> do Caderno de Encargos. (assinalar caso seja sua pretensão)

Com os melhores cumprimentos,

**São Roque do Pico, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.**

O/A Requerente,

\_\_\_\_\_

